

2020 THALES 2ª ED.
FLORES
TAIPINA

MANUAL DA
S E N T E N Ç A
P E N A L
C O N D E N A T Ó R I A





Belo Horizonte | **São Paulo**
 Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
 Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
 Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
 CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
 Copyright © 2018, Thales Flores Taipina.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Leticia Robini
Diagramação Leticia Robini

Credenciamento na Publicação (CIP)

T134 Taipina, Thales Flores
 Manual da sentença penal condenatória / Thales Flores Taipina. - 2. ed. - Belo Horizonte,
 São Paulo : D'Plácido, 2020.
 640 p.
 ISBN 978-65-5589-058-7

1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Penas. Penalidades em geral. I. Título.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Prefácio	21
Apresentação	23
Nota à 2ª Edição	25
CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	27
<hr/>	
1. O Processo Penal em Síntese, do Inquérito Policial à Sentença.....	29
2. Prazo Para a Instrução Processual e Prolação da Sentença.....	35
2.1. Sentença Condenatória Proferida Oralmente em Audiência.....	40
3. Princípios Aplicáveis na Construção da Sentença Penal.....	42
3.1. Princípio da Motivação das Decisões Judiciais.....	42
3.2. Princípio da Identidade Física do Juiz.....	44
3.3. Princípio da Correlação ou Adstrição.....	45
3.4. Princípio da Imparcialidade do Julgador.....	48
3.5. Princípio do “In Dubio Pro Reo”.....	50
• Jurisprudência Seleccionada.....	51
4. A Estrutura Jurídica da Sentença Penal.....	63
4.1. Preâmbulo.....	63
4.2. Ementa.....	64
4.3. Relatório.....	64
4.4. Fundamentação.....	68
4.5. Dispositivo.....	71
4.6. Autenticação.....	74
• Jurisprudência Seleccionada.....	74

CAPÍTULO II: A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA **77**

1. Explicações Iniciais.....	79
2. Preliminares de Mérito.....	81
2.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	85
2.1.1. Violação de Domicílio sem Mandado Judicial.....	85
2.1.2. Ausência do Ministério Público à Audiência de Instrução.....	88
2.1.3. Inversão da Ordem de Inquirição em Audiência nos Crimes de Tráfico de Drogas.....	90
2.1.4. Crimes de Tráfico de Drogas e Defesa Preliminar Após o Recebimento da Denúncia.....	92
2.1.5. Recebimento Tácito da Denúncia.....	93
2.1.6. Ausência de Intimação da Defesa da Expedição de Carta Precatória Para Oitiva de Testemunha da Acusação.....	94
2.1.7. Irregularidade da Citação por Edital.....	95
2.1.8. Não Realização da Audiência de Renúncia à Representação.....	97
2.1.9. Leitura em Audiência do Depoimento Prestado na Fase Extrajudicial e Ratificado em Juízo.....	98
2.1.10. Reconhecimento de Pessoa por Fotografia.....	100
2.1.11. Inépcia da Denúncia.....	101
2.1.12. Investigação Criminal Conduzida pelo Ministério Público.....	103
2.1.13. Dependência Toxicológica.....	106
2.1.14. Uso de Algemas em Audiência ou em Plenário do Júri.....	108
2.1.15. Conversão de Ofício da Prisão em Flagrante em Preventiva.....	109
2.1.16. Rol de Testemunhas Apresentado Após a Defesa Prévia.....	111
2.1.17. Falta de Assinatura do Defensor na Ata de Audiência.....	112
2.1.18. Exame Pericial em Telefone Celular sem Autorização Judicial.....	113
2.1.19. Busca e Apreensão em Escritório de Advocacia.....	115
2.1.20. Não Realização da Audiência de Custódia no Prazo de 24 horas.....	117
2.1.21. Audiência de Depoimento Especial.....	120
• Jurisprudência Selecionada.....	122
3. Mérito.....	136

3.1. Explicação Inicial.....	136
3.2. Distribuição do Ônus da Prova.....	137
3.3. Materialidade Delitiva.....	140
3.3.1. Corpo de Delito e Vestígios da Infração Penal.....	142
3.3.2. Crimes Não Transeuntes e Ausência do Exame de Corpo de Delito.....	143
3.3.2.1. Ausência do Exame de Constatação Toxicológica.....	144
3.3.2.2. Ausência de Exame de Constatação de Conjunção Carnal.....	148
3.3.2.3. Ausência do Exame Necroscópico.....	149
3.3.3. Crimes Transeuntes e Prova da Materialidade Delitiva.....	150
3.4. Autoria Delitiva.....	151
3.4.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	152
3.4.1.1. Depoimentos Colhidos na Fase Investigatória.....	152
3.4.1.2. Testemunhos Exclusivos de Policiais.....	154
3.4.1.3. Testemunho Exclusivo da Vítima.....	156
3.4.1.4. Interceptação Telefônica e Falta de Exame Pericial para a Identificação da Voz.....	157
3.4.1.5. Confissão.....	158
3.5. Elementos do Crimes.....	160
3.5.1. Juízo de Tipicidade.....	160
3.5.1.1. <i>Emendatio Libeli</i>	160
3.5.1.2. Deslocamento para o Tipo Derivado e Presença de Mais de Uma Qualificadora.....	163
3.5.1.3. Circunstâncias Qualificadoras e Fundamentação Específica.....	165
3.5.1.4. Reconhecimento de Circunstâncias Minorantes e Majorantes.....	165
3.5.2. Ilícitude e Culpabilidade.....	167
• Jurisprudência Selecionada.....	169
3.6. Circunstâncias Atenuantes.....	181
3.6.1. Circunstâncias Atenuantes Nominadas.....	181
3.6.1.1. Idade do Réu.....	182

3.6.1.2.	Desconhecimento da Lei.....	185
3.6.1.2.1.	Desconhecimento da Lei e Desconhecimento da Ilicitude do Fato.....	186
3.6.1.2.2.	Desconhecimento da Lei e Contravenções Penais.....	187
3.6.1.3.	Motivação do Crime.....	187
3.6.1.4.	Providências Ulteriores Quanto às Consequências da Conduta.....	189
3.6.1.5.	Confissão Espontânea.....	192
3.6.1.5.1.	Confissão Retratada.....	193
3.6.1.5.2.	Confissão Fracionada.....	194
3.6.1.5.3.	Confissão Qualificada.....	194
3.6.1.5.4.	Confissão sobre Fato Incontroverso.....	195
3.6.2.	Circunstâncias Atenuantes Inominadas.....	196
3.7.	Circunstâncias Agravantes.....	200
3.7.1.	Crimes Dolosos.....	200
3.7.2.	Incidência Subsidiária.....	201
3.7.3.	Rol Exaustivo.....	202
3.7.3.1.	Reincidência Penal.....	202
3.7.3.1.1.	Contravenção Penal.....	204
3.7.3.1.2.	Situações peculiares que não geram reincidência.....	205
3.7.3.1.3.	Situações peculiares que geram reincidência.....	212
3.7.3.1.4.	Divergência e incongruência: condenação anterior exclusivamente a pena de multa e condenação anterior por posse de drogas para consumo pessoal.....	213
3.7.3.1.5.	Reincidência específica.....	216
3.7.3.1.6.	(In)Constitucionalidade da reincidência.....	217
3.7.3.1.7.	Multirreincidência.....	217
3.7.3.2.	Motivo do crime.....	218
3.7.3.3.	Finalidade do crime.....	219
3.7.3.4.	Modo de Execução.....	220
3.7.3.5.	Vítima.....	221
3.7.3.6.	Circunstâncias Fáticas.....	225

3.7.4. Agravantes em Caso de Concurso de Pessoas.....	229
• Jurisprudência Seleccionada.....	232
3.8. Concurso entre Agravantes e Atenuantes.....	239
3.8.1. Cumulação Homogênea.....	239
3.8.2. Cumulação Heterogênea.....	240
3.8.2.1. Diferença Entre Compensação e Preponderância.....	240
3.8.2.2. Concurso entre agravantes e atenuantes não preponderantes.....	241
3.8.2.3. Concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes consideradas preponderantes.....	244
3.8.2.3.1. A Divergência entre o STF e o STJ sobre o concurso entre confissão espontânea a reincidência.....	253
3.8.2.3.2. Concluindo o tema: hipóteses de concurso e critérios de solução.....	255
3.8.2.4. Concurso entre circunstâncias simples (não preponderantes) e circunstâncias preponderantes.....	258
• Jurisprudência Seleccionada.....	260
3.9. Circunstâncias Minorantes e Modulação da Fração Redutora da Pena.....	264
3.9.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	264
3.9.1.1. Crime Tentado.....	264
3.9.1.2. Arrependimento Posterior.....	266
3.9.1.3. Semi-Imputabilidade.....	268
3.9.1.4. Participação de Menor Importância.....	270
3.9.1.5. Furto “Privilegiado”.....	272
3.9.1.6. Homicídio “Privilegiado”.....	275
3.9.1.7. Tráfico “Privilegiado” de Drogas Proscritas.....	276
3.10. Circunstâncias Majorantes e Modulação da Fração Intensificadora da Pena.....	278
3.10.1. Valoração Quantitativa da Majorantes em Concurso.....	280
3.10.2. Valoração Qualitativa das Majorantes em Concurso.....	282
3.10.2.1. Inconstitucionalidade Material do §2-A, do artigo 157 do Código Penal.....	284
3.10.3. Valoração de Majorantes como Circunstâncias Judiciais.....	288

3.10.4. Concurso entre Circunstâncias Majorantes e Minorantes e Possibilidade de Compensação.....	290
3.11. Concurso de Crimes.....	293
3.11.1. Espécies de Concurso e Critérios para Definição da Pena.....	294
3.11.1.1. Critério do Cúmulo Material.....	294
3.11.1.2. Critério da Exasperação.....	296
3.11.1.3. Critério do Cúmulo Material Benéfico.....	300
• Jurisprudência Seleccionada.....	301

CAPÍTULO III: A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DOSIMÉTRICO

307

1. ● Sistema Trifásico da Dosimetria Penal.....	309
2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico.....	313
2.1. Princípio da Individualização da Pena.....	313
2.2. Princípio da Discricionariedade Jurisdicional.....	314
2.3. Princípio da ●bediência aos Parâmetros da Pena Abstrata.....	316
2.4. Princípios da Necessidade e Suficiência da Pena.....	320
2.5. Princípio da Vedação ao <i>Bis in Idem</i>	322
2.6. Princípio da Não Culpabilidade ou da Presunção de Inocência.....	327
• Jurisprudência Seleccionada.....	329
3. Dosimetria Penal. Primeira Etapa. Circunstâncias Judiciais.....	335
3.1. Compensação entre Circunstâncias Judiciais.....	336
3.2. Valoração das Circunstâncias Judiciais.....	338
3.2.1. Culpabilidade.....	338
3.2.2. Antecedentes.....	340
3.2.2.1. Multirreincidência.....	341
3.2.2.2. Período Depurador e o Direito ao Esquecimento.....	342
3.2.2.3. Crime anterior e trânsito em julgado posterior à data do crime em julgamento.....	345
3.2.2.4. Confirmação em Segunda Instância da Sentença Condenatória de Primeiro Grau.....	346
3.2.3. Conduta Social.....	347

3.2.4. Personalidade do Agente	349
3.2.4.1. Valoração de Atos Infracionais e Condenações Criminais Anteriores como Personalidade Desajustada	350
3.2.5. Motivos do Crime	353
3.2.6. Circunstâncias do Crime	354
3.2.7. Consequências do Crime	355
3.2.8. Comportamento da Vítima	357
3.3. Fixação da Pena-Base	359
3.3.1. Patamar de Valoração das Circunstâncias Judiciais e Sua Base de Incidência	360
3.3.2. A Teoria do Termo Médio	367
3.4. Circunstâncias Judiciais Preponderantes	370
3.4.1. Circunstâncias Judiciais na Lei de Drogas	370
3.4.2. Circunstâncias Judiciais no Código de Trânsito	372
3.4.3. Circunstâncias Judiciais na Lei de Crimes Ambientais	373
3.4.4. Valoração das Circunstâncias Preponderantes	375
3.5. Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena-Base	378
3.6. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM	381
• Jurisprudência Seleccionada	384
4. Dosimetria Penal. Segunda Etapa. Circunstâncias Legais	389
4.1. Patamar de Valoração das Circunstâncias Legais e Sua Base de Incidência	390
4.2. Cálculo da Pena Intermediária	393
4.3. Valoração da Multirreincidência	400
4.4. Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena Intermediária ou Provisória	403
• Jurisprudência Seleccionada	407
5. Dosimetria Penal. Terceira Etapa. Minorantes e Majorantes	412
5.1. Patamar de Valoração das Causas de Diminuição e de Aumento e sua Base de Incidência	412
5.2. Concurso de Minorantes e Majorantes e o Cálculo para a Definição da Pena	413

5.3. Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena Definitiva	425
• Jurisprudência Seleccionada.	426
6. Processo Dosimétrico da Pena de Multa	429
6.1. Sistema da Dosimetria da Pena de Multa...	429
6.2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico da Pena de Multa	430
6.2.1. Princípio da Obediência aos Parâmetros da Pena Abstrata	431
6.2.2. Princípio da Proporcionalidade	432
6.2.3. Princípios da Necessidade e Suficiência da Pena	438
6.2.4. Princípio da Personalidade ou da Intranscendência...	440
6.3. Dosagem da Pena de Multa em Face do Concurso de Crimes	442
6.4. Multa Substitutiva ou Vicariante..	445
6.4.1. Anuência do Sentenciado..	448
6.4.2. Multa Cumulada e Substituição da Pena Privativa de Liberdade	448
6.4.3. Concurso de Crimes	451
6.4.4. Mensuração do valor da Multa Vicariante	452
6.4.5. Inadimplemento...	453
7. Revisão da Dosimetria da Pena pelas Instâncias Superiores...	453
• Jurisprudência Seleccionada	456

CAPÍTULO IV: O CONTEÚDO DECISÓRIO DO DISPOSITIVO E AS PROVIDÊNCIAS FINAIS **459**

1. Conteúdo Decisório..	
1.1. Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Medida de Segurança	461
1.1.1. Desnecessidade de Realização do Processo Dosimétrico..	463
1.2. Fixação do Regime Prisional Preambular ..	466
1.2.1. Gradação do Regime Prisional Conforme a Espécie da Pena Privativa de Liberdade ..	467
1.2.2. Gradação do Regime Prisional Conforme a Quantidade da Pena Aplicada, a Reincidência e as Circunstâncias Judiciais..	469

1.2.3. Regime Prisional <i>Per Saltum</i>	472
1.2.4. Detração Penal.....	475
1.2.4.1. Detração Penal e Progressão de Regime.....	476
1.2.4.2. Competência Concorrente.....	477
1.2.5. Conclusões.....	478
1.2.6. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	481
1.3. Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Pena Restritiva de Direitos.....	482
1.3.1. Penas Substitutivas de Mesma Espécie.....	486
1.3.2. Juízo Competente.....	488
1.4. Suspensão Condicional da Pena.....	489
1.5. Medidas Cautelares.....	492
1.5.1. Possibilidades.....	492
1.5.2. Fundamentos.....	493
1.5.3. Imposição, Manutenção e Restabelecimento.....	497
1.5.4. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	500
1.5.5. Prisão Preventiva e a sua (In)Compatibilidade com o Regime Semiaberto ou Aberto. Adequação pelo Juízo da Execução.....	502
• Jurisprudência Seleccionada.....	504
1.6. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração.....	508
1.7. Efeitos da Condenação.....	511
1.7.1. Efeitos Automáticos.....	511
1.7.1.1. Obrigação de indenizar.....	512
1.7.1.2. Perda de instrumentos ou produtos do crime, de bens ou valores auferidos com a sua prática.....	513
1.7.1.3. Perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime.....	514
1.7.1.4. Perda de bens incompatíveis com o patrimônio líquido do condenado.....	515
1.7.1.5. Suspensão dos Direitos Políticos.....	517

1.7.2. Efeitos Não Automáticos..	518
1.7.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo ..	519
1.7.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela.....	522
1.7.2.3. Inabilitação para dirigir veículo..	525
2. Providências Finais Para Cumprimento Imediato...	527
2.1. Publicação da Sentença .	528
2.2. Intimação do sentenciado..	530
2.3. Intimação do Defensor Constituído e do Defensor Dativo...	530
2.4. Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Querelante e do Assistente da Acusação...	531
2.5. Intimação da vítima...	532
2.6. Expedição de Alvará de Soltura	532
2.7. Expedição de Mandado de Prisão Preventiva e Guia de Execução Provisória da Pena ...	533
2.8. Envio de Arma de Fogo ao Comando do Exército..	534
2.9. Restituição de Bens Apreendidos ..	535
2.10. Comunicação à Polícia Judiciária	536
3. Providências Finais para Cumprimento Após o Trânsito em Julgado da Sentença	537
3.1. Rol de Culpados..	537
3.2. Guia de Execução Definitiva.....	538
3.3. Custas Processuais..	540
3.4. Pagamento da Pena de Multa...	542
3.5. Comunicação à Justiça Eleitoral.....	543
3.6. Destruição de Drogas Apreendidas	545
3.7. Avaliação e Venda dos Bens em Leilão Público	546

CAPÍTULO V: MODELOS DE SENTENÇAS PENAS CONDENATÓRIAS

549

1. Sentença com um réu e um crime.	551
1.1. <i>Tráfico de drogas – circunstâncias judiciais preponderantes concurso entre circunstâncias legais preponderantes - menoridade relativa</i>	

duas reincidências	escala de preponderância entre as circunstâncias legais	envolvimento de adolescente – majorante – Corrupção de Menores	Absolvição – Princípio da Especialidade...	... 551	
1.2.	Tráfico de Drogas – Preliminar – Ausência do Ministério Público à audiência de instrução e julgamento - indulto	circunstâncias judiciais e preponderantes		maus antecedentes – duas reincidências	559
1.3.	Roubo Simples	Emprego de Faca – Revogação e Ressurreição - Culpabilidade exasperada - Confissão Espontânea e Reincidência Específica	Preponderância	Pena agravada570
2.	Sentença com um réu e dois crimes			578	
2.1.	Posse Irregular de Arma de Fogo e Recepção	Concurso Material de Delitos – Confissão Parcial – Súmula n. 231	Pena Restritiva de Direitos – Substituição da PPL por PRD - Suspensão dos Direitos Políticos – Possibilidade	578	
3.	Sentença com dois réus e um crime			587	
3.1.	Latrocínio Consumado. Circunstâncias Judiciais desfavoráveis – atenuantes – menoridade relativa e confissão espontânea	agravantes – reincidência e senilidade da vítima – cumulação heterogênea de circunstâncias legais	majorante do roubo – concurso de pessoas - não cabimento – procedência parcial do pedido acusatório	...587	
3.2.	Roubo Consumado. Causas de Aumento. Concurso de pessoas e emprego de arma de fogo	Lei 13.654/2018 – Circunstâncias Objetivas – Comunicabilidade - Aplicação do Súmulo do artigo 68 do CP – Princípios da Necessidade e Suficiência da pena	Menoridade Relativa do réu – Senilidade da vítima	Cumulação heterogênea de circunstâncias legais – Preponderância - Período Deputador – Dosimetria	Análise Conjunta das Circunstâncias Judiciais e das Circunstâncias Legais. ... 596
4.	Sentença com dois réus e dois crimes			607	
4.1.	Roubo majorado – Culpabilidade negativa - Maus Antecedentes	Cumulação heterogênea de circunstâncias legais – Multirreincidência	Valoração integral entre as circunstâncias legais - Confissão Espontânea - Majorantes	concurso de pessoas e emprego de arma de fogo – Lei 13.654/2018 - Circunstâncias Objetivas	Comunicabilidade – Aplicação do Súmulo do artigo 68 do CP
	Pena final acima do máximo cominado - Corrupção de Menores – Majorante – Inaplicabilidade retroativa da Lei 13.964/2019 - Concurso Formal de Delitos – Dosimetria – Análise Conjunta das Circunstâncias Judiciais e das Circunstâncias Legais ..			607	
5.	Sentença com um réu e diversos crimes continuados			624	

5.1. Estupro de Vulnerável. Absolvição - Estupro qualificado e duplamente majorado - Crime praticado por padrasto - Gravidez. Modulação – Lei posterior mais gravosa - Critério Cumulativo - Violência sexual por “diversas vezes” - Crime continuado – STJ - Exasperação em grau máximo. Pena final acima do máximo cominado.....	624
Referências.....	633